

---

*History rhetoric and proof:  
the menahem stern Jerusalem lectures*

---

*Guilherme Amaral Luz\**

---

Um dos terrenos de especulação teórica mais polêmicos da historiografia contemporânea é, certamente, o dos enlaces entre História e Literatura ou entre História e retórica. As conferências de Carlo Ginzburg em memória do historiador judeu Menahem Stern, proferidas em 1998 e publicadas em 1999 com o título *History, rethoric and proof* (História, retórica e prova), não é apenas mais uma variação dos *lugares comuns* exaustivamente repetidos e glosados por entusiastas e críticos dos relacionamentos entre História e ficção. Assumindo-se como crítico do ceticismo relacionado ao saber histórico identificado sobretudo com Roland Barthes, Hayden White e Friedrich Nietzsche, Carlo Ginzburg não nega a profunda raiz retórica da História, mas a trata de uma maneira muito distinta de seus interlocutores criticados. Seu principal argumento é que, diferentemente do que é assumido entre os *cépticos*, retórica e prova não são incompatíveis, mas, pelo contrário, a segunda seria o principal baluarte de uma tradição retórica, baseada na *evidência*, da qual o trabalho do historiador seria grande deverdor.

“Conhecimento (até mesmo conhecimento histórico) é possível” (p. 25). É no percurso desta tese que Ginzburg posiciona suas análises sobre Aristóteles, Lorenzo Valla, Charles le Gobien e Flaubert. Sua crítica incide sobre o pressuposto, segundo ele ingênuo, de autores como Hayden White, de que os modelos narrativos interferem apenas no final do trabalho historiográfico, depois da pesquisa já pronta. Para Ginzburg, os modelos narrativos participam do trabalho histórico desde o princípio, criando suas possibilidades e barreiras. Isto é, as escolhas narrativas têm implicações cognitivas, e a forma do texto é mais que pura ornamentação ou instrumentos de convencimento pela vias

---

\* Doutorando em História Social pela Universidade de Campinas (Unicamp).

afetivas. A retórica que Ginzburg torna visível é um esforço racional e cognitivo em prol de uma construção na qual não há incompatibilidade entre projeções de desejos (políticos) e os princípios da realidade.

O primeiro e mais fundamental esforço de demonstração de sua tese está no estabelecimento da relação entre História e retórica em Aristóteles. Nesse ensaio, ao invés de privilegiar as famosas passagens da *Poética*, referentes à diferença entre História e *poesia* (sobretudo a tragédia), Ginzburg volta-se à *Retórica*, na qual, segundo sua leitura, Aristóteles afirma que as provas são os princípios e maiores fundamentos da retórica, sendo os entimemas o *corpo das provas*. Uma *retórica baseada nas provas*, eis o que Ginzburg afirma ser o centro racional da retórica que a aproximaria da História; as duas “compartilham a preocupação com as provas” (p. 50). Mas que história, então, seria aquela referida pejorativamente por Aristóteles na sua *Poética*? A resposta de Ginzburg é que Aristóteles referia-se a Heródoto, criticado por seu estilo. Não seria Tucídides, em especial o arqueólogo ou o antiquário, que Ginzburg afirma ser mais próximo de um modelo retórico defendido por Aristóteles por, repetidamente, “ter usado argumentos baseados em entimemas” (p. 46), ou seja, por “inferir o invisível do visível, baseado em traços discerníveis” (p. 46). Tem-se aqui, uma origem do paradigma indiciário?

O segundo ensaio do livro volta-se à descoberta de Lorenzo Valla de que o *constitutum Constantini* – documento que, durante a Idade Média, circulava como evidência de que o Imperador Constantino teria doado um terço de seu império ao Papa Silvestre por tê-lo curado de uma lepra – era uma fraude, provavelmente feita no século VIII por um secretário do Papa, para fornecer bases legais para a pretensão papal de obter poderes temporais. Para Ginzburg, o principal instrumento de Valla para identificar a fraude seria a busca por um latim puro e original, que teve como efeito o reconhecimento dos vários estágios históricos passados pela língua. Esse reconhecimento permitiu a Valla identificar anacronismos no documento, levando-o a crer que ele não poderia ter sido escrito na data que lá constava. Nesse ensaio, Ginzburg assinala como a *retórica de base racional*, de Aristóteles foi *convertida* em uma *retórica dos afetos*. Para o autor, Cícero teria sido o responsável. Pois bem, Valla recusava Cícero e bebia nas fontes de Quintiliano, sobretudo nas suas reflexões sobre as provas, que, ao modo de ver de Ginzburg, seriam semelhantes às da *Retórica*, de Aristóteles. Assim, Valla conseguia conciliar filologia com retórica, aplicando-as à crítica histórica. Por isso mesmo, Ginzburg afirma que Valla deteve-se em traduzir Tucídides, autor repudiado por Cícero e compatível com uma retórica baseada em provas. O que Ginzburg, no entanto, não leva em consideração é que Valla também traduziu Heródoto e que ambas as traduções foram feitas sob a ordem do Papa...

Dialogia e História é o tema trabalhado no terceiro ensaio do livro, quando Ginzburg detêm-se no estudo de um elemento particular da historiografia jesuítica do final do século XVII: a inclusão de arengas em um texto histórico. O exemplo utilizado é o do discurso de um nobre das Filipinas, chamado Hurao, citado na *Histoire des isles marianes*, do Padre Charles les Gobien. Nesse discurso, Hurao incitava outros nativos a se rebelarem contra a presença espanhola na Ilha, afirmando que, ao dizer que traziam a civilização, os espanhóis traziam a corrupção da pureza original do seu povo e de seu *estado de natureza*. Sem cair na ingenuidade de afirmar que aquele discurso coincide exatamente com a fala efetiva de Hurao, Ginzburg identifica tópicos evidentes que o missionário desenvolvia através da arenga de um *nativo*, que remetiam a Montaigne, dentre outros. No entanto, uma nota irônica de le Gobien à suposta arenga de Hurao introduziria um elemento dialógico ao trecho. Nela, o missionário dizia ser absurda a acusação de Hurao de que animais pestilentos só teriam sido introduzidos na Ilha ao serem trazidos nas embarcações espanholas. Para Ginzburg, a ironia de le Gobien faria emergir, no texto, um elemento inesperado: o elemento perverso da civilização invadindo o mundo. Esse elemento inesperado, diria Ginzburg, seria uma voz *fora do texto*, pois remeteria a alusões, a falas dos nativos sobre a introdução de pestilências na Ilha com a chegada dos espanhóis, presentes em outros textos de missionários, como Francisco García.

O último ensaio do livro – e talvez o mais obscuro – é, como diz o título, um conjunto de *Reflexões sobre uma lacuna* (*Reflections on a blank*), feitas a partir de um trecho da *Educação sentimental* de Flaubert, comentada por Proust em um ensaio de 1920. Nele, um instrumento narrativo é destacado: a transição abrupta do tempo, gerando um ritmo acelerado na narrativa, de modo que longos períodos passam em um instante, produzindo lacunas e espaços vazios. Se Proust viu nesse recurso uma vitória, dizia Ginzburg, da *música sobre os resíduos da história*, o historiador viu o oposto: “estilo e história, longe de serem mutuamente excludentes, são, na verdade, relacionados em uma interação mútua” (p. 95). A produção das lacunas ao acelerar o tempo seria um efeito narrativo próprio da pesquisa histórica ou da evidenciação do passado, desde a coleta dos testemunhos até a sua escrita. O veto, a exclusão, a escolha e muitas outras atividades seletivas que compõem a pesquisa histórica são proporcionadas pela possibilidade narrativa de aceleração do tempo para colocar novamente diante dos olhos o ocorrido, o que implica na aceitação dos vazios e das lacunas. Portanto, poder-se-ia inferir; a narrativa não viria preencher um vazio explícito nos *resíduos da História* depois de realizada a pesquisa, mas possibilitaria a própria evidência do processo de pesquisa, produtor de vazios.

Chega-se, assim, a um ponto central capaz de articular os quatro ensaios do livro: a evidência dos vazios produzidos pela narrativa no e pelo fazer do historiador. O que Ginzburg parece *provar* com seus ensaios é que a *insuficiência* suposta do poder de construção do saber histórico não é o mesmo que a sua impossibilidade de tocar, de alguma maneira, a realidade. Esse toque, contudo, não é um retorno ao empirismo positivista que veria o texto como claro e fornecedor de fatos, nem uma sugestão de que é possível revelar a verdade *por trás* do véu da retórica (entendida como *ornato* ou instrumentos de persuasão) dos testemunhos. A imagem do *espelho distorcido* do real é utilizada por Ginzburg ao se referir aos textos como possibilidade de análise de uma ou outra distorção por eles produzida em um caso específico, de modo a trazer à tona algo que eles não dizem, mas que aparece nos seus silenciamentos. O invisível do texto pode ser trazido aos olhos por meio dos entimemas, cujas pistas devem ser rastreadas por um trabalho de *antiquário* na sua busca por provas.

Uma pergunta, todavia, parece sem resposta no texto de Ginzburg: Por que haveria a necessidade de recorrer a algo fora do *texto*? Ou melhor, o que Ginzburg afirma estar *fora do texto*? Se o que ele propõe é a necessidade de escapar do domínio de um texto específico, poder-se-ia entender isso como *intertextualidade*, mas se o que ele sugere é a saída do *mundo dos textos*, então se teríamos de nos perguntar: como ter acesso a uma realidade *extra-textual*. Além disso, parece que os silêncios dos textos são indicados tacitamente pelos próprios textos, o que torna difícil imaginá-los como fora do mundo que os textos tornam possível narrar. Há, assim, um elemento dialógico que Ginzburg, provavelmente devido à crítica aos seus interlocutores, esquiva-se de dar conta: o do invisível do texto com aquilo que o texto permite ou não evidenciar.

Sugere-se, então, aplicar a hipótese de que o silêncio de um texto é produzido nos próprios limites do texto, também ao livro de Ginzburg. A dedicatória do livro pode nos servir como ponto de partida: *a Italo Calvino e Arnaldo Momigliano*. O que poderíamos tornar visível com essa dedicatória? Um retorno aos clássicos é uma possibilidade. Ginzburg, explicitamente, não propõe um retorno à leitura dos clássicos como enunciado ao longo do texto, mas, conhecendo-se *textos* de seus homenageados e aquilo que o próprio livro deixa transparecer em suas escolhas (Aristóteles, Flaubert, Tucídides, Quintiliano, Valla...), Ginzburg deixa sugerido que a crítica ao ceticismo pode ser feita caso se volte os olhos para os clássicos do passado, observando-os, através de leituras renovadas, como provas de que é possível o conhecimento histórico na sua relação com a *retórica baseada em provas*. Certamente há muito mais do que isso implícito na dedicatória (traço discernível de não-ditos), mas não há por que dizer que aquilo que se torna visível a partir dela não esteja no horizonte do texto ou dos textos...